

Paralisação dos professores pode se estender

Professores e funcionários da rede estadual de ensino de São Paulo entraram em greve ontem. A princípio, o movimento será de 48 horas. A continuidade ou não da paralisação das duas categorias será decidida hoje, em assembléia na Praça da República. Os 210 mil professores do Estado querem o piso salarial do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), NCz\$ 470,00 em março. Já os funcionários estaduais ligados ao ensino (48 mil) reivindicam aumento de 60% do piso dos professores, por 30 horas semanais.

O movimento paulista faz parte da luta da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação pela unificação do piso dos professores em todos os Estados. Também estão em greve, desde o início da semana passada, os professores estaduais de Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco e Santa Catarina.

Atualmente, um professor do Estado de São Paulo em início de carreira e que leciona de 1ª à 4ª séries do primeiro grau, ganha NCz\$ 136,00 mensais por 20 horas de aulas semanais. Já um professor do Pará recebe NCz\$ 40,00 pelas mesmas 20 horas semanais — menos que o salário mínimo vigente no país.

Os professores são a única categoria de trabalhadores com garantia constitucional de um piso salarial (artigo 206, inciso 5º), no entanto não definido pela nova Carta.

sores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), o deputado federal Gumerindo Milhomem Neto — ex-presidente da entidade — apresentou no Congresso um projeto de lei para regulamentar o artigo 206, tomando como base o piso do Dieese.

A Apeoesp informa que até 1988 os professores municipais ganhavam menos que os estaduais, situação invertida pela prefeita Luíza Erundina, que agora paga o piso com base no salário mínimo do Dieese.

Em resposta à paralisação, o governo estadual publicou ontem uma carta aberta no jornal **Folha de S. Paulo**, em que se diz disposto a continuar as negociações, mas avisa que a reestruturação salarial do magistério só será possível a partir de julho, com os recursos da reforma tributária (novo ICMS). Já está marcada para a próxima sexta-feira a primeira proposta de reestruturação — início de discussões que se estenderiam por dois meses. No momento, segundo José Antônio Nania, assessor do secretário da Administração, Alberto Goldmann, o governo estadual está oferecendo aos professores um abono de emergência, “enquanto fazemos a reforma da escala de pagamento”.

Estão em greve também os professores e funcionários da PUC/SP, por reposição salarial de 62,13% (a reitoria oferece 41,10%) e do Instituto Metodista de Ensino Superior, por reajuste de 94%, con-